

CHE - CÂMARA DE CIÊNCIAS HUMANAS, SOCIAIS E EDUCAÇÃO (COMUNICAÇÃO COORDENADA)

NOME: EDNA MARA FERREIRA DA SILVA

TÍTULO: DESENVOLVIMENTISMO E A COMUNHÃO NACIONAL: FACES DA VIOLÊNCIA SISTÊMICA CONTRA OS POVOS INDÍGENAS NA DITADURA CIVIL-MILITAR

AUTORES: EDNA MARA FERREIRA DA SILVA, EDNA MARA FERREIRA DA SILVA, HYGOR MESQUITA FARIA

PALAVRA CHAVE: DESENVOLVIMENTISMO, DITADURA, VIOLÊNCIA, INDÍGENAS

RESUMO

O presente trabalho possui como objetivo analisar a construção da violência sistêmica contra os povos indígenas na ditadura militar do Brasil(1964- 1985), para que isso se torne possível em primeiro plano a pesquisa empreende uma análise de como desde a primeira metade do século os governos empreenderam esforços para modificar o interior do Brasil. As regiões Centro-Oeste e norte foram priorizadas nesta tentativa. É correto apontar que tais esforços se concentraram durante o Estado Novo, quando Getúlio Vargas tenta rearticular a relação estado e sociedade através da chamada "Marcha para o Oeste", neste sentido o governo militar com maior capacidade fiscal que o Estado Novo, contava com maiores investimentos do capital privado estrangeiro, tentando reforçar neste período a presença institucional do Estado na região, acelerando o desenvolvimento da Amazônia.

Para compreensão da estrutura da violência a pesquisa analisa a construção dos órgãos tutores dos Indígenas, o SPI (Serviço de proteção aos Índios) posteriormente a FUNAI. Ao analisar o SPI e suas ações iniciais é possível já perceber que existia o objetivo de preparar os índios para a chamada "comunhão nacional", para posteriormente virarem trabalhadores rurais. Em 1966 Castelo Branco se reuniu em Belém com grupos ligados ao governo, empresariado e indústrias para anunciar a "Operação Amazônia" que reforçava as "condições" de povoamento da Amazônia, a lei n 5.174 aprovada em outubro do mesmo ano delimitava até 50% do valor dos impostos pagos pelas empresas para serem revertidos/investidos em projetos de cunho desenvolvimentistas aprovados pela SUDAM (Superintendência do desenvolvimento da Amazônia) vale ressaltar que os projetos apoiados pela SUDAM poderiam utilizar 75% dos custos de investimento financiado por fundos como o Banco da Amazônia.

Para que os planos desenvolvimentistas fossem executados era necessário que o discurso da incorporação do índio a comunhão nacional aparece com muita força. Em 1967 acontece a substituição do SPI pela FUNAI, com a criação do ministério do Interior, órgão que cumpria a demanda da abertura de estradas e controle de toda a política desenvolvimentista, este período possui como característica a construção de políticas públicas voltadas ao desenvolvimentismo do regime militar, desta forma em segunda tela a pesquisa estuda a grande problemática da subordinação dos órgãos tutores aos planos desenvolvimentistas e como os planos desenvolvimentistas estão intimamente ligados ao extermínio dos povos indígenas, para tratar deste ponto a pesquisa busca analisar os principais planos desenvolvimentistas e como o extermínio acontece como desdobramento de políticas públicas do regime.

Ao analisarmos as problemáticas políticas e sociais que passamos atualmente quanto América Latina podemos enxergar a importância de tratar a questão indígena nos regimes ditatoriais do cone sul, tendo em vista que durante alguns anos este debate foi secundarizado dentro da historiografia, durante a análise buscamos colocar em tela o confronto entre a história indígena e a história dos indígenas, buscando combater a história homogeneizante, que sempre colocava o indígena atrelado ao imobilismo histórico e como incapaz de escrever sua própria história, a pesquisa acredita que o estudo pode colaborar para a reivindicação da reparação por parte do Estado para com os povos indígenas.